

## INSTITUTO POLITÉCNICO DE SETÚBAL

### Edital n.º 438/2024

**Sumário:** Abertura de concurso documental na carreira de pessoal docente do ensino superior politécnico na categoria de professor adjunto, na área disciplinar de Eletrónica e Telecomunicações.

**Abertura de concurso documental na carreira de pessoal docente do ensino superior politécnico na categoria de professor adjunto, na área disciplinar de Eletrónica e Telecomunicações (ET\_ESTS), na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para exercer funções na Escola Superior de Tecnologia de Setúbal do Instituto Politécnico de Setúbal.**

1 – Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 6.º do Regulamento de Recrutamento e Contratação do Pessoal Docente de Carreira do Instituto Politécnico de Setúbal (IPS) aprovado pelo Despacho n.º 3379/2011, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 35 de 18 de fevereiro, torna-se público que, por meu despacho, de 11 de outubro de 2023, foi autorizada a abertura de concurso documental, pelo prazo de 30 dias úteis, a contar da data da publicitação do presente edital no *Diário da República*, com vista à ocupação de 1 posto de trabalho, previsto e não ocupado no mapa de pessoal do IPS, na carreira de pessoal docente do ensino superior politécnico, na categoria de professor adjunto, área disciplinar de Eletrónica e Telecomunicações (ET\_ESTS), na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

2 – Local de trabalho – O local de trabalho é a Escola Superior de Tecnologia de Setúbal do Instituto Politécnico de Setúbal, em Setúbal.

3 – Número de Postos de Trabalho a ocupar – 1.

4 – Modalidade da relação jurídica de emprego a constituir – Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado, com um período experimental de 5 anos, nos termos do artigo 10.º-B do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 207/2009, de 31 de agosto e pela Lei n.º 7/2010, de 13 de maio, que aprovou o Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico (ECPDESP).

5 – Caracterização do conteúdo funcional – Ao professor adjunto competem as funções constantes no n.º 4 do artigo 3.º do ECPDESP.

6 – Âmbito de recrutamento – São requisitos cumulativos de admissão ao concurso:

a) Ser detentor dos requisitos previstos nas alíneas b) a e) do artigo 17.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho;

b) Ser titular do grau de doutor ou do título de especialista, na área ou em área afim, daquela para que é aberto o concurso.

7 – Prazo de validade do concurso

a) O concurso é válido para o posto de trabalho referido, caducando com o seu preenchimento ou por inexistência de candidatos.

b) O concurso pode ainda cessar por ato devidamente fundamentado do Presidente do IPS, respeitados os princípios gerais da atividade administrativa bem como os limites legais, regulamentares e concursais.

8 – Forma de apresentação de candidatura:

8.1 – As candidaturas devem ser formalizadas mediante o preenchimento do formulário de candidatura tipo (formulário A), em suporte de papel, redigido em língua portuguesa, disponível na página eletrónica do IPS, em:

[https://www.si.ips.pt/ips\\_si/conteudos\\_geral.conteudos\\_ver?pct\\_pag\\_id=30809&pct\\_parametros=p\\_pagina=30809&pct\\_disciplina=&pct\\_grupo=672](https://www.si.ips.pt/ips_si/conteudos_geral.conteudos_ver?pct_pag_id=30809&pct_parametros=p_pagina=30809&pct_disciplina=&pct_grupo=672)

8.2 – O requerimento (formulário A), é obrigatoriamente acompanhado de uma fotocópia simples dos certificados de habilitações, como comprovativo de que o candidato reúne os requisitos de candidatura referidos no n.º 6 do presente edital.

8.3 – Na instrução da candidatura, o requerimento (formulário A), deve ainda ser acompanhado, de dois exemplares, em formato digital (pendrive) contendo os seguintes documentos:

a) Certificados de habilitações, comprovativos de que o candidato reúne os requisitos referidos na alínea b) do n.º 6 do presente edital;

b) Outros diplomas ou certificados dos cursos referidos no *curriculum vitae*, bem como de outros documentos que facilitem a formação de um juízo sobre as aptidões dos candidatos para o exercício do conteúdo funcional da categoria de professor adjunto;

c) *Curriculum vitae* detalhado, datado, assinado, organizado obrigatoriamente de acordo com a grelha de avaliação, e sem conter dados pessoais de carácter confidencial (designadamente filiação, estado civil, morada de residência, e contactos de email, telemóvel/telefone);

d) Trabalhos e comprovativos das atividades mencionados no *curriculum vitae*.

8.4 – As candidaturas devem ser entregues, dentro de um envelope fechado, com a devida identificação do nome do candidato, do n.º do Edital publicado no *Diário da República* e do código de oferta BEP, por uma das seguintes formas:

a) Por correio registado, com aviso de receção, dirigido ao Presidente do IPS, para: Serviço de Recrutamento e Seleção da Divisão de Gestão de Pessoas do Instituto Politécnico de Setúbal, Edifício da Escola Superior de Tecnologia de Setúbal, Campus do IPS, Estefanilha, 2910 761, Setúbal, até ao termo do prazo fixado para apresentação das candidaturas, valendo a data aposta no registo como data de envio, para efeitos de cumprimento do respetivo prazo;

b) Entregues pessoalmente no Serviço de Recrutamento e Seleção da Divisão de Gestão de Pessoas do IPS, durante o horário de expediente, até ao termo do prazo fixado para apresentação das candidaturas;

8.5 – Com vista a promover a mais adequada classificação dos elementos curriculares, devem os candidatos organizar o *curriculum vitae* em conformidade com a grelha de avaliação aprovada pelo júri do respetivo concurso, bem como apresentar os documentos nas pendrives de acordo com essa mesma organização, com as devidas hiperligações dos itens referidos no *curriculum vitae* para os respetivos documentos.

8.6 – A não apresentação dos trabalhos e comprovativos das atividades mencionados no *curriculum vitae* apresentado pelo candidato implica a não valoração dos elementos em cada um dos itens da grelha de avaliação.

8.7 – Não são aceites candidaturas enviadas por correio eletrónico.

8.8 – Os candidatos detentores de habilitação estrangeira devem comprovar o reconhecimento, equivalência ou registo de grau de doutor, nos termos da legislação aplicável, obtido até à data do termo do prazo para apresentação das candidaturas ao presente concurso.

8.9 – As falsas declarações serão punidas nos termos da lei.

9 – Critérios de seleção e seriação:

Com base na grelha aprovada, cada membro do júri procede individualmente à avaliação e classificação dos candidatos.

Na dimensão Desempenho técnico-científico e profissional a pontuação dos elementos obtidos nos últimos 5 anos será pelo menos duas vezes superior à pontuação atribuída aos elementos relativos a anos anteriores.

Com base nesta avaliação cada membro do júri procede a uma ordenação dos candidatos, procedendo-se à ordenação final com votações sucessivas para o primeiro lugar, segundo lugar, etc., sendo

o voto de cada membro do júri justificado com base na respetiva ordenação efetuada individualmente. Deste modo, obtém-se a ordenação final dos candidatos.

Quanto à pontuação final a atribuir aos candidatos (de 0 a 100 pontos) ela será a que resultar da média simples das pontuações atribuídas por cada membro do júri.

Caso a pontuação calculada no ponto anterior não respeite a ordenação final obtida, procede-se, com base na grelha, à avaliação e classificação dos candidatos de modo conjunto e consensual entre os membros do júri.

Deste modo, será obtida a pontuação de cada candidato e a respetiva ordenação final, havendo aprovação em mérito absoluto para os candidatos que obtenham uma pontuação global igual ou superior a 50 pontos.

#### 10 – Grelha de avaliação:

Critérios		Ponderação	Pontuação de cada elemento
1 – Desempenho Técnico-Científico e Profissional com relevância na área disciplinar		50 %	
1.1 – Projetos de Investigação e Desenvolvimento (Máx. 100 pontos)		10 %	
a)	Responsável de projeto internacional com financiamento externo		Até 30
b)	Responsável de projeto nacional com financiamento externo		Até 24
c)	Responsável de outros projetos com aprovação institucional		Até 20
d)	Colaborador de projeto internacional com financiamento externo		Até 18
e)	Colaborador de projeto nacional com financiamento externo		Até 16
f)	Colaborador de outros projetos com aprovação institucional		Até 12
1.2 – Publicações de carácter científico e patentes (Máx. 100 pontos)		10 %	
a)	Autor ou coautor de livro técnico-científico		Até 12
b)	Autor ou coautor de capítulo de livro técnico-científico		Até 8
c)	Editor ou coeditor de livro técnico-científico, incluindo atas de conferência		Até 4
d)	Publicação de artigos em revista científica internacional (Quartil 1)		Até 10
e)	Publicação de artigos em revista científica internacional (Quartil 2)		Até 8
f)	Publicação de artigos técnico-científicos em outras revistas com arbitragem		Até 4
g)	Publicação de artigos técnico-científicos em atas de congressos internacionais com arbitragem		Até 3
h)	Publicação de artigos técnico-científicos em atas de congressos nacionais com arbitragem		Até 1
i)	Patentes registadas		Até 10
1.3 – Comunicações em eventos científicos (Máx. 100 pontos)		5 %	
a)	Comunicações em eventos científicos internacionais		Até 4
b)	Comunicações em eventos científicos nacionais		Até 2
1.4 – Organização técnico-científica (Máx. 100 pontos)		5 %	
a)	Membro Efetivo de unidades/grupos científicos financiados externamente/ano		Até 5
b)	Revisão de artigos em revistas internacionais		Até 3
c)	Revisão de artigos em revistas nacionais		Até 2
d)	Membro de comissões científicas de congressos/seminários técnico-científicos internacionais		Até 2
e)	Membro de comissões científicas de congressos/seminários técnico-científicos nacionais		Até 1

Critérios		Ponderação	Pontuação de cada elemento
f)	Membro de comissões organizadoras de congressos/seminários técnico-científicos internacionais		Até 4
g)	Membro de comissões organizadoras de congressos/seminários técnico-científicos nacionais		Até 2
1.5 – Orientação/coorientação de teses/dissertações/relatórios conducentes a grau académico (Máx. 100 pontos)		10 %	
a)	Orientação ou coorientação de Teses de Doutoramento (concluída)		Até 15
b)	Orientação ou coorientação de Teses de Doutoramento (em curso)		Até 12
c)	Orientação ou coorientação de Dissertações/Projeto/Estágio de Mestrado (concluída)		Até 10
d)	Orientação ou coorientação de Dissertações/Projeto/Estágio de Mestrado (em curso)		Até 8
1.6 – Participação em jurís de provas académicas (Máx. 100 pontos)		5 %	
a)	Arguente de Tese de Doutoramento		Até 8
b)	Arguente de Dissertação/Projeto/Estágio de Mestrado		Até 6
c)	Arguente de Provas de Especialista		Até 4
d)	Membro do Júri de Doutoramento		Até 6
e)	Membro do Júri de Dissertação/Projeto/Estágio de Mestrado		Até 4
f)	Membro do Júri de Provas de Especialista		Até 2
1.7 – Atividades de natureza profissional com relevância na área disciplinar (Máx. 100 pontos)		5 %	
a)	Participação em Prestações de Serviços ao Exterior, estudos/projetos ou pareceres elaborados, com financiamento externo		Até 10
b)	Experiência Profissional em atividade de relevância na área fora do meio académico/ano		Até 5
2 – Capacidade Pedagógica		40 %	
2.1 – Docência (Máx. 100 pontos)		20 %	
a)	Experiência docente efetiva no ensino superior (politécnico ou universitário)/ano		Até 10
b)	Número de Unidades Curriculares distintas lecionadas na área disciplinar		Até 6
c)	Número de Unidades Curriculares distintas lecionadas em área disciplinar afim		Até 4
d)	Responsável de Unidades Curriculares distintas na área disciplinar		Até 10
e)	Responsável de Unidades Curriculares distintas em área afim		Até 6
2.2 – Material pedagógico (Máx. 100 pontos)		10 %	
a)	Elaboração de material pedagógico de apoio à docência na área disciplinar que cubra pelo menos 75 % da matéria da UC		Até 10
b)	Elaboração de material pedagógico de apoio à docência em área disciplinar afim que cubra pelo menos 75 % da matéria da UC		Até 5
2.3 – Outras atividades pedagógicas (Máx. 100 pontos)		10 %	
a)	Orientação e acompanhamento de estudantes em Projeto/Estágio de Licenciatura ou CTeSP		Até 6
b)	Membro do Júri de Projeto/Estágio de Licenciatura ou CTeSP		Até 3
c)	Formador em Cursos de Formação Pedagógica		Até 6
d)	Formando em Cursos de Formação Pedagógica		Até 3
3 – Outras atividades relevantes para a missão do IPS		10 %	
3.1 – Gestão administrativa e participação em órgãos colegiais (Máx. 100 pontos)		6 %	
a)	Membro Efetivo de órgãos estatutários por eleição e outros cargos por nomeação, por semestre		Até 5
b)	Coordenação de Curso (CET, CTeSP, Licenciatura, Mestrado, Pós-Graduação), na área do concurso, ou coordenação de departamento, por semestre.		Até 5

	Critérios	Ponderação	Pontuação de cada elemento
c)	Participação em órgão de gestão, participação na coordenação do departamento, na coordenação de curso, por semestre		Até 4
d)	Participação em júris de concursos locais de acesso, creditações, provas M23.		Até 4
e)	Participação em Comissão de Avaliação/Reestruturação/Proposta de Cursos (CET, CTeSP, Licenciatura, Mestrado, Pós-Graduação).		Até 4
3.2 – Participação em atividades de relação com a comunidade (Máx. 100 pontos)		4 %	
a)	Participações em atividades de relação com a comunidade ou de divulgação da instituição.		Até 2
b)	Participação em programas de Mobilidade Internacional como docente (Ex: Erasmus)		Até 6

#### 11 – Informação complementar ao processo de Avaliação e Seleção:

11.1 – A lista de ordenação final homologada será notificada aos candidatos por correio eletrónico com recibo de entrega de notificação, ofício registado ou pessoalmente e publicada no sítio da Internet do IPS, em [www.ips.pt](http://www.ips.pt).

11.2 – Sempre que solicitadas, as atas do júri serão facultadas aos candidatos.

11.3 – A documentação apresentada pelos candidatos será destruída, se decorrido um ano após o termo do prazo de validade do presente concurso, a sua restituição não for solicitada.

11.4 – A documentação apresentada pelos candidatos respeitante a concursos que tenham sido objeto de recurso contencioso só poderá ser destruída ou restituída após a execução da sentença.

#### 12 – A composição do júri é a seguinte:

Presidente: Célio Gabriel Figueiredo Pina, Professor Coordenador da Escola Superior de Tecnologia de Setúbal, do Instituto Politécnico de Setúbal, nomeado(a) ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 23.º do ECPDESP.

#### Vogais:

Filipe Duarte dos Santos Cardoso, Professor Coordenador da Escola Superior de Tecnologia de Setúbal, do Instituto Politécnico de Setúbal;

Maria do Rosário Alves Calado, Professora Associada c/ Agregação da Faculdade de Engenharia da Universidade da Beira Interior;

Paula Maria Garcia Louro, Professora Coordenadora c/ Agregação do Instituto Superior de Engenharia de Lisboa, do Instituto Politécnico de Lisboa;

Rafael Ferreira da Silva Caldeirinha, Professor Coordenador c/ Agregação da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Leiria;

Tito Gerardo Batoreo Amaral, Professor Coordenador da Escola Superior de Tecnologia de Setúbal, do Instituto Politécnico de Setúbal.

13 – Igualdade de oportunidades – Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

#### 14 – Divulgação do Edital:

a) Na 2.ª série do *Diário da República*;

b) Na Bolsa de Emprego Público, em [www.bep.gov.pt](http://www.bep.gov.pt) no 1.º dia útil seguinte ao da publicação no *Diário da República*;



c) Em <https://euraxess.ec.europa.eu> na língua inglesa;

d) No sítio da internet do IPS, em <https://www.ips.pt/ips> nas línguas portuguesa e inglesa.

11 de março de 2024. – A Presidente, Prof.ª Doutora Ângela Lemos.

317464081